



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

## ATA NÚMERO 223/XII/4.<sup>a</sup> SL

9.dezembro.2014 – 15h00

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 2, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### 1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

### 2. **Aprovação de ata**

### 3. **Comunicações do Presidente**

### 4. **Petição n.º 444XII/4<sup>a</sup>, da iniciativa de João Paulo Arriegas Estevão Correia Leal que Solicitam a revisão da carreira de investigação científica – 15h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado autor do parecer:** Nilza de Sena - PSD

### 5. **Audiência à Associação Nacional de Escolas Profissionais- ANESPO - 16h15**

### 6. **Petição n.º 449/XII/4<sup>a</sup>, da iniciativa da FENPROF, Professores contestam municipalização da Educação**

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado autor do parecer:** PSD

### 7. **Plano de Atividades do GT/Currículos Ensino Básico e Secundário para a 4<sup>a</sup> sessão legislativa**

- **Apreciação e votação**

### 8. **Projeto de Resolução n.º 1124/XII/4<sup>a</sup> (PCP) que Recomenda ao Governo a classificação dos bens que compõem a coleção de Joan Miró resultante do processo de socialização dos prejuízos do BPN**

- **Discussão em Comissão**

### 9. **Outros assuntos**

### 10. **Data da próxima reunião**

16 de dezembro de 2014

### 1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

Na ausência do Presidente da Comissão, a reunião foi presidida pela Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena (PSD).

Tendo o Grupo Parlamentar do PS remetido no dia 8 (feriado), às 21h53, um requerimento para audição do Ministro da Educação e Ciência - distribuído na manhã do dia 9 - para que preste esclarecimentos sobre o enquadramento da escola pública, nomeadamente sobre as matérias da municipalização da educação, financiamento da rede e oferta pública, foi questionado se havia consenso dos Grupos Parlamentares para que o mesmo fosse discutido na reunião.



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Não tendo havido consenso dos Grupos Parlamentares, dado que a Deputada Isilda Aguincha (PSD) propôs que a discussão ficasse para a reunião seguinte, uma vez que o requerimento tinha sido distribuído havia menos de 24h, decidiu-se agendá-lo para a reunião do dia 16.

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

### **2. Aprovação de ata**

A ata n.º 222/XII, da reunião de 2 de dezembro, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

### **3. Comunicações do Presidente**

#### **3.1. Execução da Resolução da AR n.º 87/2014, Natalidade**

A Presidente em exercício informou que atentas as listas remetidas pelos vários Grupos Parlamentares, era proposta a audição de 30 entidades, tendo questionado se a lista total estava fechada ou ainda era suscetível de ponderação, se as audições seriam individuais ou poderiam agrupar-se entidades e se seria feita a audição presencial de todas ou pedido contributo escrito a algumas delas. Fez ainda referência às listas de audições das Comissões de Saúde e de Segurança Social e Trabalho, para se articularem as audições das entidades que são propostas por mais de uma Comissão.

Entretanto a relatora, Deputada Diana Ferreira (PCP), apresentou uma proposta de calendário da audição de todas as entidades, tendo informado que as entidades coletivas tinham sido calendarizadas maioritariamente para dezembro e as personalidades individuais para janeiro, tendo ainda proposto que a grelha de tempos incluisse uma intervenção inicial dos convidados de 15 minutos, seguida de intervenções dos Grupos Parlamentares de 3 minutos cada e de nova intervenção final dos convidados de 15 minutos.

Interveio depois o Deputado Michael Seufert (CDS-PP), propondo que no ofício convite às entidades/personalidades se solicite que, em alternativa à audição, possam ponderar a remessa de um contributo escrito.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) referiu que o calendário de audições ultrapassava a data que se tinha previsto, mas que era aceitável, atenta a quantidade de audições a realizar. Realçou depois que havia 3 entidades coincidentes com as propostas pela Comissão de Saúde, pelo que as audições deviam ser articuladas com as restantes Comissões e concordou genericamente com a grelha de tempos.

A Deputada Elza Pais (PS) sugeriu que além dos Deputados relatores das várias Comissões, houvesse um Deputado *pivot* comum para as audições de todas as Comissões

A Presidente em exercício propôs ainda que se ponderasse que as intervenções inicial e final fossem de 10 minutos cada, como se verifica em todas as restantes audições da Comissão. A Deputada Diana Ferreira (PCP) reiterou que as intervenções das entidades fossem de 15 minutos, para lhes permitir expressarem a sua posição com mais tempo, tendo o Deputado Amadeu Albergaria (PSD) manifestado concordância.

#### **3.2. Pedido de audiência**

Foi depois prestada informação de que a Associação de Pais do Orfeão de Leiria tinha pedido uma audiência para equacionar a necessidade de desbloqueamento urgente das verbas em dívida por parte do Estado às escolas de ensino artístico e que competia ao BE indicar um Deputado para presidir à reunião, que seria aberta a todos os Deputados.

### **3.3. Cerimónia de assinatura do Protocolo de Cooperação com as entidades parceiras do programa Parlamento dos Jovens**

Foi dado conhecimento de que a cerimónia estava agendada para o dia 8 de janeiro, às 12h00.

### **3.4. Relatório de audiência**

Na sequência da distribuição do relatório da Associação de pais e encarregados de educação da escola da Ramada, a Presidente questionou se havia propostas de alteração, não se tendo registado intervenções.

### **4. [Petição n.º 444/XII/4.ª](#), da iniciativa de João Paulo Arriegas Estevão Correia Leal que Solicitam a revisão da carreira de investigação científica – 15h00**

A delegação dos peticionários era composta pelos investigadores António Nazareth Falcão, João Paulo Leal, Nuno Rombert Pinhão e Manuel Leite de Almeida.

O Doutor António Falcão referiu em primeiro lugar que é investigador do Instituto Tecnológico Nuclear, Laboratório do Estado, que em 2012 transitou para o Instituto Superior Técnico, instituição integrada na Universidade de Lisboa.

Indicou depois que o Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC) é de 1999 e não foi revisto posteriormente, não integrando a avaliação de desempenho. Acrescentou que tem sido transmitida informação falsa na comunicação social e que tiveram conhecimento de uma proposta do Governo, mas a mesma não foi negociada com as entidades do setor.

Com base numa apresentação em *power point* (disponível na [página da Comissão na internet](#)), indicou os diplomas legais que levaram ao Estatuto, realçando que dos respetivos preâmbulos resultava a aproximação do mesmo ao Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU, salientando que os professores têm em primeiro lugar funções de investigação e só em 2.º lugar funções docentes) e o regime de exclusividade dos investigadores.

Salientou que o ECIC necessitava de revisão, por falta de uma investigação consequente e em outras disposições marginais, tendo proposto que se mudasse apenas o que era necessário. Indicou o que não devia ser feito, a saber, afastar os 2 Estatutos e abdicar do regime de exclusividade (alertando que isto teria como consequência que os investigadores ficassem com um estatuto remuneratório idêntico ao dos docentes do ensino secundário).

Mencionou depois a situação dos jovens investigadores. Por último, referiu a necessidade de se ter presente a Carta Europeia do Investigador, de se agilizarem as regras de gestão (nomeadamente, não aplicando à investigação a lei dos compromissos, salientando que isso não custa dinheiro) e de se ter em conta o relatório do “International Working Group”, liderado pelo Professor Jean Pierre Contzen, sobre os Laboratórios do Estado, que incluía 5 recomendações, não tendo sido implementada nenhuma delas.

Interveio depois a Deputada Elza Pais (PS) indicando que acompanhavam a petição e concordavam com o paralelismo das 2 carreiras. Acrescentou que a Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia/ANICT apresentou uma proposta, eventualmente por indicação do Governo. Mencionou que este também tem uma proposta, mas que não houve envolvimento da comunidade científica na mesma.

Por último, questionou se é preferível que não se faça a revisão ou que se faça a revisão que se perspetiva, com a proposta da ANICT, com a cobertura do Governo.

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) aludiu à audiência, na semana anterior, do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado, que também tinha abordado a matéria. Esclareceu depois que as propostas da ANICT e do Governo são autónomas. Concordou que a avaliação de desempenho deve ser vertida no ECIC e informou que os Estatutos habitualmente são aprovados por Decreto-Lei, podendo a Assembleia da República fazer a apreciação parlamentar do mesmo.

A Deputada Rita Rato (PCP) considerou que o processo atual correu mal, defendendo que a revisão das carreiras é feita por Decreto-Lei porque exige a negociação com os representantes da comunidade científica. Realçou ainda que a ANICT promoveu audições e a Secretária de Estado da Ciência apareceu nas mesmas, manifestando discordância do processo adotado.

A Deputada Nilza de Sena (PSD, relatora da petição) referiu que a petição é um contributo importante, o ECIC é muito relevante e neste momento só se conhece a proposta da ANICT, enquanto o Governo está a ouvir as entidades do setor, tendo um diploma em preparação. Manifestou sensibilidade em relação ao pedido de paralelismo dos 2 Estatutos e reiterou que a petição é um contributo para a reflexão sobre a matéria.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os peticionários salientaram que estão a apresentar contributos, não partidários, para a reflexão e indicaram que não estão preocupados com a proposta da ANICT, aguardando o documento da Secretária de Estado da Ciência. Informaram que a revisão do ECIC tem pelo menos 2 propostas da mesma, mas não têm sido discutidas com os reitores, os Laboratórios do Estado, etc.

Reiteraram depois a necessidade de paralelismo dos 2 Estatutos e do regime de exclusividade dos investigadores. Afastaram o prolongamento da fase probatória e defenderam que se o sistema não tiver estabilidade não cria atratividade para os investigadores estrangeiros. Manifestaram discordância das 2 versões da proposta da Secretária de Estado e salientaram que as mesmas conduziram à degradação das condições de trabalho dos investigadores, com menos estabilidade, o que levaria à saída de investigadores para o estrangeiro.

Realçaram que atualmente a média da faixa etária dos investigadores do quadro é de 50 anos e a alteração prospetivada não permitirá o acolhimento de novos investigadores. Indicaram que a proposta da ANICT geraria uma diminuição do vencimento dos investigadores. Por último, defenderam ainda que é impossível manter o sistema científico apenas com os contratados, entendendo que havia necessidade de estabilização do pessoal que responde a necessidades permanentes.

A apresentação feita pelos peticionários e a gravação da audição estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

## **5. Audiência à [Associação Nacional de Escolas Profissionais](#) - ANESPO - 16h15**

A Sra. Presidente apresentou as boas vindas à delegação da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO) - Dr. José Luis Presa (Presidente), Dr. José Pacífico (Vice-Presidente) e Dr. Carlos Vieira (Vice-Presidente) – a quem deu, de imediato, a palavra para exporem os motivos que justificaram o pedido de audiência.

O Sr. Presidente da ANESPO começou por lembrar que as escolas profissionais, que estão a comemorar o seu 25.º aniversário, têm sido avaliadas positivamente pelos parceiros económicos e sociais, sendo que, nesta altura, frequentam cursos profissionais cerca de 30.000 alunos nas escolas profissionais privadas e cerca de 60.000 nas escolas secundárias públicas.

Afirmou, no entanto, que escolas sedeadas nas regiões de convergência cofinanciadas pelo Estado português e pelo Fundo Social Europeu estão confrontadas, pelo segundo ano consecutivo, com graves atrasos no financiamento, resultante, no seu entender, da falta de articulação entre departamentos governamentais, que não adotaram as medidas conducentes à resolução do problema do financiamento das escolas profissionais.

A este propósito, sublinhou que estas escolas não receberam ainda qualquer verba no presente ano letivo e que a situação é ainda mais grave se nos próximos dias não forem desbloqueados os pagamentos, estando em causa cerca de 1/3 do financiamento das escolas e a falta de pagamento a cerca de 2200 professores e 1500 funcionários. Chamou ainda a atenção para o facto de os alunos destas escolas se encontrarem dentro da escolaridade obrigatória e de existir um conjunto de compromissos assumidos com as famílias.

Concretizando, chamou a atenção para os seguintes aspetos:

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- As escolas profissionais apresentaram as candidaturas pedagógicas à DGEstE e financeiras ao POPH dentro dos prazos estabelecidos e deram início às suas atividades, assumindo os encargos inerentes com a organização da formação, respeitando o calendário escolar definido pelo Ministério da Educação e Ciência;
- As escolas profissionais aguardam a emissão das audiências prévias e dos termos de aceitação pelo POPH para poderem receber as verbas. Devido à falta destes documentos, não têm encontrado receptividade da banca para obter os financiamentos adequados;
- As escolas profissionais não dispõem de meios financeiros para cumprir os compromissos com o pessoal docente e não docente, com alunos e com fornecedores;
- As escolas profissionais tiveram a garantia de que, este ano, não se verificariam atrasos desta natureza, mas o problema do ano passado repete-se. As escolas precisam que, urgentemente, o Ministério da Educação e Ciência, em articulação com outros Ministérios, resolva os problemas do financiamento, designadamente: a afetação de verbas da contrapartida nacional que sempre foram asseguradas pelo Orçamento da Segurança Social e o reforço do financiamento do OE para contemplar a totalidade dos cursos profissionais candidatados pelas escolas profissionais e pelas escolas secundárias públicas, sabendo-se existirem verbas inscritas no Orçamento Retificativo para esse efeito.

Terminou, apelando aos Srs. Deputados, para que tomem todas diligências no sentido da rápida resolução deste problema.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD), que realçou o contributo do ensino profissional ao longo das últimas duas décadas e meia no incremento da qualificação dos jovens, tendo-se verificado um aumento do número de alunos. Considerou que a aposta neste tipo de ensino deve continuar e afirmou que tudo fará para que os constrangimentos apresentados sejam rapidamente ultrapassados.

A Sra. Deputada Odete João (PS) louvou o trabalho que tem sido desenvolvido pelas escolas profissionais, considerando que a falta de recursos impedirá que se cumpra o papel de qualificação de recursos imprescindíveis para o futuro do País. Afirmou que este problema não atinge apenas o ensino profissional e que o PS questionou já o Governo sobre esta matéria e apresentou um requerimento a solicitar a vinda do Ministro da Educação e Ciência para prestar esclarecimentos sobre este assunto. Afirmou ainda que há alunos em casa, por falta de meios das famílias, e colocou algumas questões, nomeadamente sobre se os saldos de 2013/2014 se encontra fechados, se o Ministério da Educação e Ciência apresentou uma previsão de data para o pagamento das verbas e quis ainda saber o que vai acontecer às escolas se não se verificar o ajuste de contas.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) saudou os representantes da APESPO e colocou algumas questões, nomeadamente sobre os contactos que têm estabelecido com o Governo e sobre se preveem que os adiantamentos e os reembolsos sejam pagos em simultâneo. Terminou, agradecendo as informações prestadas e sublinhando a importância do ensino profissional para a qualificação dos jovens.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) agradeceu o trabalho levado a cabo pelas escolas profissionais, defendendo que a melhor forma de as valorizar é cumprir a lei e os compromissos assumidos. Manifestou preocupação relativamente ao financiamento destas escolas através do POPH, por entender que esta via ameaça a estabilidade das transferências atempadas das verbas, para além de trazer dificuldades de fiscalização do Governo, por parte dos Grupos Parlamentares. Terminou, informando que o PCP dirigiu perguntas ao Governo sobre esta questão e reafirmou que uma das formas de valorizar as escolas profissionais é assegurar o seu financiamento através de verbas do Orçamento do Estado.

O Sr. Presidente da ANESPO agradeceu as intervenções e destacou a trajetória das escolas profissionais e o seu contributo inestimável para o desenvolvimento do País e para a resolução de problemas, como o insucesso e o abandono escolar.

Reafirmou que existem escolas em risco de encerrar, que há alunos que não recebem e que há professores e funcionários sem salários. Relativamente aos saldos de 2013/2014, referiu que estão a ser



## Comissão de Educação, Ciência e Cultura

pagos à medida que vão sendo analisados, sendo que a maioria das escolas não recebeu ainda o acerto de contas.

Fez alusão aos vários contactos que têm estabelecido com o Governo e às promessas que têm recebido quanto à brevidade nos pagamentos, o que não se concretizou ainda. Terminou, reiterando a sua enorme preocupação face a uma situação, que considerou desesperante, e lembrou que estão perante um impasse que importa resolver o mais depressa possível.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

### 6. [Petição n.º 449/XII/4ª](#), da iniciativa da FENPROF, Professores contestam municipalização da Educação

Foi apreciada a nota de admissibilidade, tendo a Petição sido admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV. Foi designado relator o Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD).

### 7. **Plano de Atividades do GT/Currículos Ensino Básico e Secundário para a 4ª sessão legislativa**

A Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) apresentou o Plano de Atividades para a 4.ª Sessão Legislativa, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

### 8. [Projeto de Resolução n.º 1124/XII/4ª \(PCP\)](#) que Recomenda ao Governo a classificação dos bens que compõem a coleção de Joan Miró resultante do processo de socialização dos prejuízos do BPN

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) fez a apresentação do Projeto de Resolução, tendo intervindo, de seguida, os Srs. Deputados Inês de Medeiros (PS), Conceição Pereira (PSD) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

A informação respeitante à discussão da iniciativa está disponível no [Projeto de Resolução n.º 1124/XII/4ª](#).

### 9. **Outros assuntos**

### 10. **Data da próxima reunião**

16 de dezembro de 2014

A reunião foi encerrada às 17:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de dezembro de 2014

**A VICE-PRESIDENTE**

**(Nilza de Sena)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Elza Pais  
Heloísa Apolónia  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
João Prata  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria da Conceição Caldeira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Agostinho Santa  
Ana Sofia Bettencourt  
António Cardoso  
Diana Ferreira  
Emília Santos  
Hugo Lopes Soares  
Inês Teotónio Pereira  
Laurentino Dias

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Fazenda  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Duarte Marques